



ANALISTA - ÁREA 6

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 01 - Você recebeu do fiscal o seguinte material:
- este caderno, com os enunciados das 45 questões da Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos, sem repetição ou falha;
 - 1 CARTÃO-RESPOSTA** destinado às respostas às questões objetivas formuladas na prova.
- 02 - Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO-RESPOSTA**. Caso contrário, notifique **IMEDIATAMENTE** o fiscal.
- 03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA**, a **caneta esferográfica de tinta na cor preta, fabricada em material transparente**.
- 04 - No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, a **caneta esferográfica de tinta na cor preta, fabricada em material transparente**, de forma contínua e densa. A LEITORA ÓTICA é sensível a marcas escuras; portanto, preencha os campos de marcação completamente, sem deixar claros.
- Exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- 05 - Tenha muito cuidado com o **CARTÃO-RESPOSTA**, para não o **DOBRAR, AMASSAR ou MANCHAR**. O **CARTÃO-RESPOSTA SOMENTE** poderá ser substituído caso esteja danificado em suas margens superior ou inferior - **BARRA DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA**.
- 06 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você só deve assinalar **UMA RESPOSTA**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.
- 07 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima de seu enunciado.
- 08 - **SERÁ ELIMINADO** do Concurso Público o candidato que:
- se utilizar, durante a realização das provas, de máquinas e/ou relógios de calcular, bem como de rádios gravadores, *headphones*, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie;
 - se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **CADERNO DE QUESTÕES** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**;
 - se recusar a entregar o **CADERNO DE QUESTÕES** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA** quando terminar o tempo estabelecido.
- 09 - Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **CADERNO DE QUESTÕES NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.
- 10 - Quando terminar, entregue ao fiscal **O CADERNO DE QUESTÕES E O CARTÃO-RESPOSTA** e **ASSINE A LISTA DE PRESENÇA**.
- Obs.** O candidato só poderá se ausentar do recinto das provas após **1 (uma) hora** contada a partir do efetivo início das mesmas. Por motivos de segurança, o candidato **NÃO PODERÁ LEVAR O CADERNO DE QUESTÕES, EM NENHUMA HIPÓTESE**.
- 11 - **O TEMPO DISPONÍVEL PARA ESTAS PROVAS DE QUESTÕES OBJETIVAS É DE 4 (QUATRO) HORAS**, findo o qual o candidato deverá, **obrigatoriamente**, entregar o **CADERNO DE QUESTÕES** e o **CARTÃO-RESPOSTA**.
- 12 - As questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados no primeiro dia útil após a realização das mesmas, no endereço eletrônico da **FUNDAÇÃO CESGRANRIO** (<http://www.cesgranrio.org.br>).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1

Após a reunião de planejamento estratégico anual de sua organização, o responsável por uma unidade de negócio resolveu implantar um projeto para dinamizar a aprendizagem organizacional em sua unidade. Para isso, promoveu entre seus liderados, o seguinte conjunto de ações:

- I - estimulou a participação dos seus subordinados nas decisões;
- II - promoveu o trabalho em equipe;
- III - passou a recompensar sugestões e críticas recebidas;
- IV - desenvolveu ações de treinamento para seus subordinados.

Considerando o objetivo, são corretas as ações

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

2

Uma das funções do gerente de RH de uma organização é administrar as relações com os sindicatos. Um gerente de RH de uma grande siderúrgica nacional relata como se dão as negociações que desenvolve com o sindicato dos trabalhadores siderúrgicos: "Muitas vezes, discordo das posições do sindicato, mas procuro não adotar uma postura de confronto, ao invés, prefiro buscar uma solução que seja mutuamente satisfatória" e continua: "só desta forma é possível ter uma abordagem positiva a estes processos de negociação, e esta estratégia confere credibilidade à nossa posição e ajuda a construir uma relação saudável com este importante *stakeholder*".

Que tipo de estratégia de barganha está descrita no caso acima?

- (A) Competitiva
- (B) Distributiva
- (C) Integrativa
- (D) Acomodação
- (E) Compromisso

3

Cada vez mais, o trabalho em equipe tem sido implementado nas organizações brasileiras como uma forma de aumentar a sua produtividade e o seu desempenho. No entanto, a menor pressão da organização sobre o desempenho individual e a diluição das responsabilidades podem gerar, no grupo de trabalho, um fenômeno conhecido como

- (A) pensamento grupal.
- (B) folga social.
- (C) coesão.
- (D) conformidade.
- (E) autonomia.

4

Considere as afirmativas a seguir acerca do conflito nas organizações.

- I - O conflito é uma ocorrência natural e inevitável nos grupos e nas organizações, podendo, se bem gerenciado, ser benéfico.
- II - O conflito de relacionamento se refere a discordâncias e divergências quanto à forma de realizar uma tarefa.
- III - O conflito é uma disfunção nos comportamentos de grupos nas organizações, resultando de falhas de comunicação.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

5

A empresa *Aeminium* adotou um modelo estrutural com as seguintes características: centralização das decisões nos dirigentes de topo; definição clara das tarefas de cada membro organizacional; treinamento e especialização dos trabalhadores na execução das suas tarefas específicas e desenvolvimento de um manual detalhado de normas e procedimentos internos. Como se classifica o modelo organizacional desenvolvido pela *Aeminium*?

- (A) Orgânico
- (B) Mecânico
- (C) Divisional
- (D) Científico
- (E) Matricial

6

Durante o auge da valorização das empresas de alta tecnologia no mercado de ações, de 1996 a 2000, os investidores se vangloriavam de sua habilidade e tomavam para si o crédito pelo sucesso dos investimentos.

Entretanto, quando a "bolha" estourou, no início de 2000, e as ações perderam mais de 70% de seu valor, esses mesmos investidores atribuíam a culpa aos analistas da Bolsa, que cotavam bem essas ações porque tinham interesse na valorização daqueles papéis, aos corretores, que eram muito agressivos, ao FED (Banco Central dos EUA), que não agiu a tempo, e a outros agentes do mercado.

Esse tipo de comportamento organizacional é explicado pela teoria da atribuição, segundo a qual existem erros e tendências que podem distorcer as atribuições.

No caso relatado, trata-se de

- (A) viés de autoconveniência.
- (B) percepção seletiva.
- (C) efeito de halo.
- (D) efeito de contraste.
- (E) profecia autorrealizadora.

7

João implementou na sua empresa um plano de remuneração por habilidades (às vezes chamado também de remuneração por competências) que não utiliza o cargo que a pessoa ocupa como o fator determinante de sua categoria salarial. Como esse tipo de plano de remuneração pode motivar os seus empregados?

- (A) À medida que os funcionários percebem as habilidades como uma variável crítica para o desempenho, pode diminuir a percepção de equidade, o que ajuda a otimizar a motivação deles.
- (B) Os funcionários são desestimulados a desenvolver a sua flexibilidade, a serem especialistas em vez de generalistas, e, portanto, esses planos funcionam como reforço comportamental.
- (C) Os funcionários acharão seu trabalho mais desafiador e buscarão satisfazer suas necessidades de realização, ao aprender novas habilidades ou aprimorar as que já possuem.
- (D) Para os funcionários substancialmente insatisfeitos em suas necessidades de nível mais baixo, a oportunidade de crescer pode ser um agente de motivação.
- (E) Quando os funcionários fazem suas comparações de contribuições/resultados, a educação e o tempo de empresa podem oferecer um critério de investimento muito mais justo do que as habilidades.

8

No esforço de desenvolver um novo foco estratégico voltado para a integração e a inovação e para o desenvolvimento de suas competências estratégicas, as organizações têm buscado, de modo criativo, alternativas aos programas tradicionais de Gestão de Pessoas, amparadas por um conjunto de teorias de Administração que, cada vez mais, enfatizam a importância da construção de uma visão de parceria entre as organizações e seus empregados. Dentre as ideias apresentadas a seguir, qual **NÃO** constitui uma tendência, em termos da prática estratégica de Gestão de Pessoas?

- (A) Criação de canais apropriados e mecanismos de estímulo para que os indivíduos possam fazer fluir as suas ideias pela organização, bem como para que possam se engajar ativamente nas conversações importantes sobre as definições e as ações da estratégia.
- (B) Oportunidades profissionais definidas por meio de um plano de cargos e salários no qual o crescimento dos indivíduos e o seu *status* na organização, em termos de remuneração, ocorrem em função de seu tempo de serviço, independente de seu nível de contribuição, principalmente para aqueles que possuem o perfil para assumir posições gerenciais.
- (C) Existência de um bom sistema de gestão do desempenho para que toda a organização possa avaliar, de modo continuado, o resultado dos esforços individuais e coletivos, identificando as dificuldades e as deficiências, bem como as possíveis soluções de melhoria que ajudem a corrigir o curso da ação estratégica.
- (D) Aumento da liberdade de decidir e agir; maior (co)responsabilidade pelas decisões e resultados; amplo conhecimento sobre os limites de seu campo de decisão e ação; maior acesso aos recursos necessários para a melhor decisão e ação (informação, equipamentos, rotinas otimizadas, etc.).
- (E) Utilização de mecanismos de remuneração variável, estabelecida com base no alcance de objetivos previamente negociados, tratada com justiça e absoluta coerência com todo o discurso de compromisso defendido pela organização.

9

A Política Salarial de uma organização deve conter diretrizes que suportarão os seus gestores, por meio dos modelos disponíveis da estrutura salarial, para tomar decisões sobre as práticas, suas implementações e a manutenção do sistema de remuneração.

O principal objetivo dessa Política é ser clara quanto à postura da empresa com relação ao mercado de trabalho. Para isso, as empresas normalmente fazem uso de pesquisas salariais, e algumas definições devem estar disponibilizadas, como

- (A) a faixa salarial do mercado em que a empresa se posicionará.
- (B) as metas de desempenho dos indivíduos, a participação nos lucros e a remuneração por resultados.
- (C) os fatores que facilitarão a avaliação dos cargos, atribuindo mais ou menos valor a ele.
- (D) os objetivos de lucratividade da empresa e o compromisso de longo prazo entre empresa e colaboradores.
- (E) os prêmios, as gratificações e outras formas especiais de reconhecimento utilizadas para o atendimento de objetivos estratégicos.

10

O horário de uma funcionária de uma empresa de seguros é flexível e permite que ela tenha alguma liberdade quanto ao horário em que chega e sai do trabalho; é ela quem decide quando fará sua jornada de oito horas de trabalho dentro de um expediente de abertura da organização às 6 horas e fechamento às 19 horas.

Relacionando os esquemas flexíveis de trabalho, como exemplificado acima, com as teorias sobre motivação, verifica-se que o(a)

- (A) horário de trabalho flexível pode ser relacionado à aplicação da teoria dos dois fatores de Herzberg, já que promove os fatores intrínsecos do trabalho.
- (B) horário de trabalho flexível é a aplicação prática da teoria da fixação de objetivos, já que ela enfatiza a fixação participativa de metas.
- (C) crescimento e a expansão das habilidades das pessoas são coerentes com a teoria ERG, uma vez que os esquemas flexíveis de trabalho as estimulam para o aprendizado.
- (D) teoria da expectativa trata, indiretamente, da questão da flexibilidade no que se refere à importância dada ao equilíbrio entre recompensas e metas pessoais.
- (E) situação da funcionária ilustra o papel que a equidade tem na motivação, no desempenho e na produtividade organizacional.

11

Um dos principais objetivos da Tecnologia da Informação (TI) atualmente é apoiar esforços para administrar e alavancar o conhecimento organizacional. A gestão do conhecimento é um novo modo de pensar sobre como organizar e compartilhar os recursos intelectuais e criativos de uma organização.

Portanto, para que se implemente uma estratégia de gestão de conhecimento segundo uma abordagem pessoa para documento, é preciso:

- I - identificar o capital intelectual da empresa e o conhecimento de especialistas externos para destacar problemas ou oportunidades para tornar a organização mais competitiva;
- II - desenvolver redes para ligar pessoas de modo que o conhecimento tácito possa ser compartilhado;
- III - desenvolver um sistema de documentos eletrônicos que codifique, armazene, dissemine e permita a reutilização do conhecimento.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns)

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

12

Sobre as características da administração financeira no setor público, analise as afirmativas a seguir.

- I - O exercício financeiro coincidirá com o ano civil, acrescido de noventa dias do exercício seguinte para fins de encerramento das contas.
- II - O empenho consiste no estágio da receita pública, no qual se verifica o princípio da unidade de tesouraria.
- III - A elaboração do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e a do orçamento anual incluem-se entre as atividades financeiras do estado, cabendo a sua iniciativa, no âmbito da União, ao Presidente da República.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) II, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

13

Segundo o Conselho Federal de Contabilidade, "a contabilidade pública é organizada na forma de sistema de informações, cujas partes ou subsistemas, conquanto possam oferecer produtos diferentes em razão da respectiva especificidade, convergem para o produto final, que é a informação geral sobre o Patrimônio Público".

Nesse contexto, o registro, a avaliação e a evidenciação da situação estática dos elementos patrimoniais e a apuração do resultado do exercício caracterizam, por meio de Demonstrações Contábeis próprias, o subsistema de informações

- (A) orçamentárias.
- (B) financeiras.
- (C) patrimoniais.
- (D) de custos.
- (E) de compensação.

14

Para fins de registro da incorporação de um veículo adquirido pelo BACEN, um analista contábil deverá efetuar, no sistema patrimonial, um lançamento a

- (A) débito da conta bancos.
- (B) débito da conta variações patrimoniais passivas.
- (C) crédito da conta veículos.
- (D) crédito da conta bens imóveis.
- (E) crédito da conta variações ativas por mutações patrimoniais.

15

Sobre o controle contábil do patrimônio público, à luz da Lei nº 4.320/64, analise os itens a seguir.

- I - Na avaliação dos bens em almoxarifado, utiliza-se o critério do custo médio ponderado.
- II - Os bens móveis e imóveis poderão ser reavaliados.
- III - Os bens móveis e imóveis serão avaliados pelo valor de aquisição, deduzidos os gastos com depreciação.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns)

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

16

Um analista do BACEN, ao efetuar o registro dos atos e fatos contábeis – receita arrecadada, despesa fixada, inscrição de restos a pagar e baixa da dívida ativa – deverá utilizar, respectivamente, os sistemas de contas:

- (A) financeiro, orçamentário, financeiro e patrimonial.
- (B) orçamentário, financeiro, patrimonial e compensação.
- (C) orçamentário, financeiro, compensação e patrimonial.
- (D) compensação, orçamentário, patrimonial e orçamentário.
- (E) patrimonial, orçamentário, financeiro e compensação.

17

Sobre os princípios orçamentários, analise os itens a seguir.

- I - A inclusão de dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa na lei orçamentária anual fere o princípio da universalidade.
- II - O princípio da unidade estabelece que o montante da despesa não deve ultrapassar a receita prevista para o período.
- III - A vedação da apropriação de receitas de impostos a despesas específicas, salvo as exceções constitucionais, caracteriza o denominado princípio da não afetação das receitas.
- IV - O princípio da publicidade prescreve que o conteúdo orçamentário deve ser divulgado por meio de veículos oficiais de comunicação, para o conhecimento público e para a eficácia de sua validade.

Estão corretos **APENAS** os itens

- (A) I e III.
- (B) II e III.
- (C) II e IV.
- (D) III e IV.
- (E) I, II e III.

18

Sobre os sistemas informatizados utilizados no âmbito da União, para fins de processamento orçamentário e financeiro, analise as afirmativas a seguir.

- I - O processamento dos dados relativos à preparação da elaboração orçamentária é realizado no SIDOR.
- II - A abrangência do SIAFI não inclui as unidades gestoras brasileiras, situadas no exterior.
- III - A Guia da Previdência Social – GPS – pode ser utilizada, no SIDOR, para efetuar as retenções de valores de terceiros ao INSS.
- IV - O mecanismo de funcionamento da tabela de eventos possibilita fazer, no SIAFI, lançamentos contábeis em mais de uma unidade gestora.

Está correto **APENAS** o que se afirma em

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) III e IV.
- (E) I, II e III.

19

Para realizar determinada atividade, um analista necessita obter um adiantamento de numerário, denominado suprimento de fundos. É certo que a realização de despesas, nessa modalidade, pressupõe o(a)

- (A) pagamento de restos a pagar não processados.
- (B) alocação de recursos em garantia.
- (C) caracterização de situações atípicas que exijam pronto pagamento em espécie.
- (D) adoção de reserva de contingência em fonte orçamentária própria.
- (E) dispensa de empenho.

20

O ingresso de créditos da Fazenda Pública, inscritos em dívida ativa, decorrentes da receita tributária não arrecadada no exercício do lançamento, é classificado como

- (A) inversão financeira.
- (B) insubsistência ativa.
- (C) despesa corrente.
- (D) receita corrente.
- (E) receita extraorçamentária.

21

Um analista do BACEN, ao ser indagado sobre as características da despesa pública, no âmbito da União, acertou ao afirmar que

- (A) o pagamento de juros e encargos da dívida é classificado como despesa corrente.
- (B) o pré-empenho consiste em despesa pendente de especificação do objeto.
- (C) os estágios da despesa orçamentária são: empenho, arrecadação e pagamento.
- (D) os investimentos são classificados como despesas correntes.
- (E) as modalidades de empenho são: extraordinário, por estimativa e global.

22

Ao verificar a necessidade do registro contábil do pagamento de restos a pagar processados, no encerramento de determinado exercício financeiro, um analista do BACEN concluiu, de acordo com a Lei nº 4.320/64, estar diante de uma

- (A) receita extraorçamentária.
- (B) receita corrente.
- (C) despesa de exercícios anteriores.
- (D) despesa não liquidada.
- (E) despesa extraorçamentária.

23

Rebeca e Luiza se reúnem para fabricação e venda de bijuterias. Elaboram e subscrevem contrato social da Sociedade Reluz Acessórios Ltda. Contratam duas funcionárias para fabricar as peças, uma vendedora e um estoquista, e começam a fabricação e venda das bijuterias em loja de propriedade de Luiza, mesmo antes de levar o contrato a registro. Essa sociedade

- (A) será empresária ou simples, dependendo do local de registro de seu contrato social.
- (B) será simples até que haja o registro, quando passará a ser empresária.
- (C) será empresa só com o registro competente.
- (D) tem personalidade jurídica, mas lhe falta regularidade.
- (E) poderá ter sua falência decretada.

24

Marco Antonio, Cesar, Adriano e Claudio são sócios em uma Sociedade Limitada. Cesar vem praticando atos que colocam em risco a continuidade da empresa. Na Assembleia Geral Ordinária, com a presença de todos os sócios, é deliberada, com os votos favoráveis de Marco Antonio, Adriano e Claudio, a exclusão de Cesar da Sociedade. Sobre essa situação, assinale a afirmação correta.

- (A) A deliberação é nula, pois a exclusão de sócio deverá ser sempre judicial.
- (B) A deliberação é válida, pois o quórum legal é de $\frac{3}{4}$ do capital social.
- (C) A exclusão de sócio pela assembleia depende de previsão no contrato social e o quórum exigido é maioria do capital social.
- (D) A exclusão de sócio, desde que efetuada pela via legal, implica necessariamente a redução do capital social.
- (E) A exclusão só se aplica a sócio remisso.

25

O Código Civil, ao tratar da Sociedade Limitada, estabelece que

- (A) a aprovação das contas do administrador depende da maioria dos votos dos presentes na assembleia ou reunião de sócios, não exigindo quórum qualificado.
- (B) a nomeação de Administrador não sócio dependerá da permissão do contrato social e da aprovação da maioria do capital social.
- (C) a cessão de quotas a quem não é sócio não pode ser vedada no contrato social.
- (D) as quotas são impenhoráveis por dívidas dos sócios.
- (E) o Conselho de Administração poderá promover a alteração do contrato social, havendo previsão expressa.

26

A Sociedade Durma Bem Ltda. possui quatro lojas na cidade de Cuiabá. Por uma falha da gerente de uma das lojas, um título de dívida, já pago, foi indevidamente levado a protesto, causando danos a terceiros. Nesse caso,

- (A) a sociedade não poderá ser responsabilizada, pois a gerente não pode ser considerada um preposto.
- (B) a sociedade não poderá ser responsabilizada, pois os poderes conferidos aos gerentes não se consideram solidários.
- (C) a sociedade será responsável, pois trata-se de hipótese de aplicação da desconsideração da personalidade jurídica.
- (D) a sociedade será responsável, mesmo que a gerente não tenha poderes conferidos por escrito para a prática do ato.
- (E) a sociedade tem responsabilidade apenas subsidiária, depois de promovida ação em face da gerente.

27

Éder e Edson decidiram se associar para montar uma padaria. Elaboraram o contrato social, que foi subscrito por ambos. Cada um ficou com 50% (cinquenta por cento) das cotas, no valor de R\$1.000,00 (um mil reais) cada cota. Éder integralizou o capital com a transferência da loja de sua propriedade para a Sociedade. Edson se comprometeu a integralizar suas cotas em dinheiro. Foi, então, registrada a Sociedade Dois Irmãos Panificadora Ltda. Em relação à responsabilidade dos sócios perante terceiros, afirma-se que

- (A) enquanto Edson não integralizar suas cotas, ambos responderão ilimitadamente por todas as responsabilidades da sociedade.
- (B) os sócios poderão ser responsabilizados solidariamente pelo valor não integralizado.
- (C) os sócios serão responsabilizados somente em caso de culpa ou dolo pessoal.
- (D) a responsabilidade dos sócios dependerá de previsão no contrato social.
- (E) somente Edson responderá pelas obrigações da Sociedade, limitadas ao capital não integralizado.

28

Em relação às ações de uma sociedade anônima, suas características e direitos, a lei estabelece que

- (A) a ação é indivisível, razão pela qual duas pessoas não poderão ser titulares de uma mesma ação.
- (B) a titularidade de ações ordinárias ou preferenciais conferirá sempre direito a voto nas assembleias, sendo vedado ao estatuto afastar esse direito.
- (C) as ações ordinárias poderão ter classes diversas somente nas companhias fechadas.
- (D) o estatuto poderá privar o sócio titular de ações ordinárias de participar dos lucros sociais, sendo que a assembleia só poderá fazê-lo com quórum de 3/5 dos acionistas ordinários e preferenciais.
- (E) somente terão direito a voto na assembleia os titulares de ações preferenciais.

29

Mévia, brasileira, casada, economista, residente na rua do Relógio nº 15, ap. 30, Belém/PA, promove ação de Separação Judicial em face de seu esposo Caio, brasileiro, empresário, com o mesmo endereço, alegando diversas violações de deveres do casamento. Posteriormente, o casal chega a acordo, com a separação consensual devidamente homologada em Juízo. Mévia passa a residir, com ânimo definitivo, em Caxias/MA, onde passa a exercer sua atividade como advogada, em escritório próprio. Seu ex-marido, Caio, permanece no local de origem, onde administra diversos negócios de sua família. Mévia busca ampliar os seus horizontes e passa a advogar também em Imperatriz e em São Luis, ambas cidades do Maranhão, onde resolve fixar residência. Caio, ampliando os seus negócios, passa a ter atividades em São Luís/MA. Diante do quadro acima, sobre o domicílio de Mévia e Caio, pode-se afirmar que

- I - o domicílio de Mévia é unicamente Caxias/MA;
- II - são considerados domicílios de Mévia as cidades de Caxias, Imperatriz e/ou São Luis, todas no Maranhão;
- III - Caio permanece com seu único domicílio em Belém/PA;
- IV - ao ampliar suas atividades profissionais, Caio passa a ter domicílio em Belém/PA e em São Luis/MA.

É(São) correta(s) **APENAS** a(s) afirmação(ões)

- (A) I.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) II e IV.

30

Cred e Deb S/A, instituição financeira sob a fiscalização do Banco Central, realiza campanha para captação de clientela, ofertando produto com juros acima do mercado. Creso, interessado no produto, contacta o gerente da instituição Cred e Deb S/A, e o adquire sendo o seu vencimento determinado em doze meses. Ao final do período, Creso retorna ao local onde formalizou a aquisição do produto e verifica que os juros divulgados não foram aplicados, quando confrontados com os termos do contrato assinado, que confirmava os juros os quais a empresa financeira estava quitando. Inconformado com o evento, Creso promove ação de responsabilidade civil contra a empresa Cred e Deb por informações indevidas e também contra o Banco Central, por omissão na fiscalização. Aduz, ainda, que é absolutamente incapaz, sendo nulo o contrato realizado.

Analisando o caso acima, à luz do Código Civil, uma das conclusões é que o(a)

- (A) negócio jurídico pode ser declarado nulo por intervenção do Banco Central.
- (B) prazo para o exercício da pretensão do absolutamente incapaz se obstaculiza pela prescrição.
- (C) contrato é lei entre as partes e não pode o absolutamente incapaz se insurgir quanto ao seu cumprimento.
- (D) ato jurídico em tela restou perfeito e acabado, gerando todos os seus efeitos.
- (E) incapacidade do autor gera a nulidade do negócio jurídico implementado.

31

Romário, servidor do Banco Central, é designado para analisar a correção dos critérios de abertura de conta-corrente de uma instituição financeira, deparando-se com diversas contas abertas em nome de menores de dezoito anos e de pessoas maiores, mas declaradas, judicialmente, incapazes por deficiência mental, sem que seus representantes legais tivessem subscrito o contrato inicial de abertura da referida conta-corrente. Indicou que isso caracteriza uma irregularidade e apresentou sugestões de treinamento para que tais fatos não mais se repetissem. Considerando esse caso, afirma-se que

- (A) instituições financeiras são liberadas do cumprimento de regras do Código Civil sob incapacidade.
- (B) abertura de conta-corrente bancária caracteriza emancipação do menor de dezoito anos.
- (C) inexistem quaisquer irregularidades nos atos jurídicos indicados por ausência de prejuízo.
- (D) menores de dezoito anos não podem praticar atos bancários sem a representação ou a assistência dos seus representantes legais.
- (E) maiores, declarados judicialmente incapazes por deficiência mental, têm o direito de abertura de conta-corrente sem a presença dos seus representantes.

32

O Prefeito do município do Rio de Janeiro, no intuito de regularizar o espaço urbano, realiza operação denominada Choque de Ordem, notificando, por violação de legislação municipal, diversos munícipes que realizaram construções irregulares em locais destinados a ruas e praças públicas, bem como outros que realizaram construções, ao arrepio das leis, em encostas de morros, violando leis de conteúdo ambiental e edilício. Os morros são de propriedade do Município, estando devidamente registrados. Por tal circunstância, seriam impassíveis de usucapião, não podendo sofrer regulamentação por tal via. Os atos do Município atingem bens considerados

- (A) de uso especial e de uso particular.
- (B) de uso dominical e de uso comum.
- (C) particulares e de uso comum.
- (D) concedidos e de uso especial.
- (E) de uso comum e concedidos.

33

Um servidor do Banco Central, dirigindo veículo de propriedade do Banco, colidiu com outro automóvel, acarretando lesões corporais e danos materiais. O condutor do outro veículo propôs ação buscando a responsabilidade civil do Banco, por meio do procedimento sumário, buscando indenização por dano moral e material, dando à causa o valor de R\$ 100.000,00. A audiência de conciliação foi designada para o dia 05/05/2009, tendo sido apresentada a devida resposta com pedido contraposto. Sendo necessária a produção de prova testemunhal, ocorreu a designação de audiência de instrução e julgamento para o dia 29/06/2009, às 14h. Todas as testemunhas do Banco Central que foram arroladas ostentavam a condição de funcionários efetivos do Banco e estavam presentes no momento do evento. Aberta a audiência, houve contradita pelas partes em relação a três testemunhas arroladas, sendo o requerimento rejeitado por falta de comprovação de qualquer circunstância de incapacidade, impedimento ou suspeição dos depoentes, sendo interposto recurso retido nos autos, consoante disposição legal. Após, o ato realizou-se com a oitiva das testemunhas arroladas e com o depoimento pessoal das partes. Pelo adiantado da hora, foi designado o dia 17/07/2009, às 14h, para o término do ato. O servidor, inconformado com o teor dos depoimentos das testemunhas do réu, anexa aos autos, aos 07/07/2009, rol com nome, qualificação e endereço de duas novas testemunhas, requerendo sua oitiva no dia designado. Diante dessa narrativa, conclui-se que

- (A) o pedido contraposto é idêntico à reconvenção, espécie de resposta.
- (B) a audiência de conciliação é necessária no procedimento sumário.
- (C) a audiência não é única nem concentrada, o que impede a ocorrência dos atos em momentos diversificados.
- (D) a apresentação de novas testemunhas no caso em tela seria possível, por ser continuação.
- (E) após finda a primeira audiência de conciliação, não poderia haver audiência de instrução e julgamento.

34

Tício, servidor concursado do Banco Central, tem ciência de que Mévio, seu colega de trabalho, realizou negócios ruinosos, sem cometer atos dolosos, restando próximo da insolvência civil. Sabedor dos fatos, começa a divulgar a situação periclitante do colega, aditando inverdades, uma delas a de que Mévio estava sendo procurado pelas polícias civil, federal e militar. Tais circunstâncias desabonadoras, divulgadas indevidamente por Tício, que tinha ciência dos fatos inverídicos que divulgou, geraram inúmeros transtornos e prejuízos a Mévio que, além de sofrer constrangimentos pessoais em relação a colegas e superiores hierárquicos, também perdeu o crédito pessoal que possuía com alguns amigos, o que estava lhe permitindo sobreviver sem declarar seu estado de insolvência. A par disso, perdeu sua esposa e seus filhos diante do pedido de separação litigiosa que foi motivada pelas falsas declarações de Tício. Analisando tal quadro, afirma-se que

- (A) a divulgação de fatos inverídicos caracteriza ilicitude, passível de indenização.
- (B) fatos ocorridos podem ser divulgados, mesmo que com alguma fantasia e causando prejuízo a outrem.
- (C) o ato foi praticado no exercício regular do direito de livre manifestação.
- (D) a divulgação dos fatos era premente para prevenir os colegas de Banco.
- (E) Tício não tinha conhecimento das consequências dos seus atos e, muito menos, de que estaria violando a lei.

35

Lúcio, servidor do Banco Central, inicia atividade fiscalizatória na instituição financeira Dev e Div S/A, deparando-se com documento em que Caio, empresário, estabeleceu, como bem de família, nos termos da lei civil, imóvel situado na zona rural de Jaboatão dos Guararapes/PE, no valor de R\$ 1.000.000,00 e que, na época, correspondia a dez por cento do seu patrimônio pessoal total. Para fazer face às despesas do imóvel, instituiu também ações da empresa WYK, com cotação no mercado bursátil nacional, e que valiam, à época, R\$ 100.000,00. Foi estabelecido que os dividendos integrariam o valor a ser aplicado na manutenção do imóvel. A instituição financeira Dev e Div foi escolhida por Caio para administrar os valores mobiliários e destiná-los aos seus herdeiros, no momento próprio. Houve o necessário registro no ofício imobiliário próprio, bem como nos registros atinentes aos valores mobiliários. Diante das regras aplicáveis ao bem de família, afirma-se que

- (A) os valores mobiliários sob a guarda de instituição financeira estão a salvo de qualquer liquidação.
- (B) o bem de família permite a execução em relação a dívidas civis posteriores à sua instituição.
- (C) o percentual de dez por cento do valor do bem extrapola a autorização legal.
- (D) não há necessidade de registrar o bem de família, segundo as regras do Código Civil.
- (E) imóvel rural não pode ser instituído como bem de família.

36

Jonas foi aconselhado a procurar um advogado especialista para fazer seu testamento, o que foi concretizado perante tabelião. Pouco tempo depois, Jonas casou-se em segundas núpcias com Lívia, com quem teve um filho, de nome Júnior. Logo em seguida, Jonas veio a falecer, e foi aberto o inventário. À luz do Código de Processo Civil, o procedimento de Jurisdição Voluntária será o

- (A) inventário dos bens de Jonas.
- (B) testamento organizado pelo advogado.
- (C) cumprimento de testamento realizado por Jonas.
- (D) casamento de Jonas e Lívia.
- (E) registro de nascimento de Júnior.

37

Um morador de Natal (RN) apresentou petição inicial com pedido indenizatório por meio do procedimento ordinário, buscando a reparação de danos materiais e morais causados por acidente aéreo que vitimou seus pais. Regularmente citados, os réus (a empresa aérea, a seguradora e o piloto) apresentaram, concomitantemente, contestação, exceção de incompetência e reconvenção. Havendo recurso de agravo, formulado pela parte excipiente, o magistrado proferiu decisão interlocutória, rejeitando a exceção de incompetência. Após a instrução da causa, o pedido foi julgado procedente por sentença que foi objeto de recurso de apelação, que restou improvido por acórdão proferido, à unanimidade, pela 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte. Foram interpostos três recursos especiais, formulados pelas partes vencidas. Os recursos foram inadmitidos, ofertados agravos de instrumento, tendo os autos retornados ao Juízo de primeiro grau, onde, por ato do escrivão, foi dada vista às partes. O vencedor requereu a execução do julgado por meio de requerimento postulando o cumprimento de sentença. Assim, constitui(em) ato(s)

- I - de postulação do autor, a petição inicial;
- II - postulatórios dos réus, a contestação, a exceção de incompetência, a reconvenção;
- III - de movimentação, o praticado pelo escrivão;
- IV - do Juiz, a decisão interlocutória, a sentença, o acórdão;
- V - de instrução das partes, a execução do julgado.

São corretos **APENAS** os atos

- (A) I e II.
- (B) I e V.
- (C) I, II e V.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) II, III, IV e V.

38

Dois servidores do Banco Central requereram suas aposentadorias voluntárias, por tempo de contribuição, tendo ocorrido o deferimento do pedido, com diversas incorporações. Dois anos após, por recomendação do Tribunal de Contas da União, os servidores foram notificados para que tivessem ciência da necessidade de adequação dos seus proventos de aposentadoria. Inconformados com o ato, ingressaram com ação na Justiça Federal para impedir a diminuição dos valores por eles percebidos, aduzindo que, uma vez aposentados, não mais se poderia modificar a percepção pecuniária de suas aposentadorias. Diante do exposto, conclui-se que

- (A) a ação deveria ser proposta na Justiça estadual.
- (B) a Justiça Federal é incompetente para analisar o caso, sendo o Banco Central o réu na ação proposta.
- (C) as decisões do Tribunal de Contas podem ser revistas pelo STF.
- (D) o foro adequado para atacar as decisões do Tribunal de Contas seria o Congresso Nacional.
- (E) o Tribunal de Contas é órgão integrante do Poder Judiciário.

39

Caramelos S/A propôs ação de procedimento ordinário em face da empresa Bobinas S/A, distribuída ao Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Recife (PE), requerendo, desde logo, a citação do réu, por carta, pelo seu representante legal, tendo o magistrado determinado a citação por Oficial de Justiça. Em diligência ao local da citação, o Oficial de Justiça suspeitou que o representante legal estivesse se ocultando e, diante disso, procurou o réu, por mais três vezes, designando dia e hora para o ato citatório. Não encontrado o representante legal do réu, o Oficial intimou o seu filho. Em seguida, retornou ao cartório, onde expediu telegrama confirmando o ato citatório. No prazo legal, a empresa ré apresentou a contestação, sem aduzir qualquer nulidade no ato realizado pelo Oficial de Justiça. O processo prosseguiu regularmente, tendo sido designada audiência, com a intimação das partes e dos seus advogados pelo Diário Oficial. O Ministério Público ingressou no processo, sendo regularmente intimado. De acordo com o descrito, conclui-se que

- (A) houve citação por hora certa.
- (B) o Oficial de Justiça realizou o ato citatório cumprindo carta.
- (C) a intimação do Ministério Público nem sempre é pessoal.
- (D) a intimação dos advogados não pode ser realizada pelo Diário Oficial.
- (E) a suspeita de ocultação do réu gera a citação por edital.

40

Carlos foi surpreendido, em sua empresa, por agentes fiscais da União, que exigiram a apresentação dos livros comerciais obrigatórios e demais registros legais, dando início a procedimento administrativo fiscal. Insatisfeitos com os resultados apresentados, notificaram Carlos para que o mesmo apresentasse os extratos bancários da empresa, bem como os extratos pessoais para exame da fiscalização. Por meio do exame dos documentos, inúmeras irregularidades foram descobertas e tornadas públicas por meio de processo criminal, no qual o Ministério Público requereu, ainda, quebra de sigilo bancário do réu, que restou indeferido. Inconformado, o Ministério Público requisitou diretamente ao Banco Central a quebra do sigilo bancário, o que foi negado pelos funcionários do Banco. Diante desse relato, conclui-se que

(A) a quebra do sigilo bancário é possível por autoridade fiscal mediante o devido processo legal.
(B) a apresentação espontânea dos dados bancários configura quebra indevida.
(C) os agentes do Banco Central não agiram corretamente ao negar a quebra do sigilo por requisição direta do Ministério Público.
(D) os agentes fiscais, no caso em tela, extrapolaram a autorização legal.
(E) os dados bancários podem sofrer quebra somente mediante autorização judicial, segundo a legislação especial.

41

A empresa Cuias e Caçambas S/A participou de procedimento licitatório para oferecer prestação de serviços de transportes para o Banco Central, afirmando possuir uma frota própria de veículos. A empresa apresentou melhor preço e as certidões necessárias ao processo de contratação com o serviço público, sendo vencedora do processo licitatório. Após três meses, uma das empresas participantes da licitação, que não fora escolhida, apresentou representação ao Banco Central, alegando que alguns dos documentos apresentados pela licitante vencedora seriam falsos, inclusive uma das certidões de regularidade fiscal. Foi instaurado processo administrativo, e a empresa Cuias e Caçambas foi devidamente intimada, observado o disposto na legislação. A empresa apresentou suas alegações escritas, postulando a realização de diligências que foram deferidas e realizadas. Após o final do processo administrativo, a empresa foi sancionada com aplicação de multa prevista em lei, e o contrato foi rescindido, sendo determinada a convocação da segunda colocada no certame. A decisão foi proferida por Gerente do Banco Central. Diante do narrado, conclui-se que

(A) o comparecimento espontâneo da empresa para prestar esclarecimentos seria equivalente à renúncia a eventual recurso administrativo.
(B) os serviços prestados não poderiam ser interrompidos, tendo em vista o prejuízo sofrido pela administração pública.
(C) caberia, ainda, no caso em exame, a busca da tutela administrativa perante a Diretoria Colegiada do Banco Central.
(D) somente mediante autorização judicial pode ocorrer o processo administrativo sancionatório, segundo a legislação especial.
(E) houve regular configuração do devido processo administrativo sancionatório.

42

Bufunfa S/A, sociedade caracterizada como instituição financeira, recebe visita de agentes do Banco Central para fiscalizá-la, no exercício regular do poder de polícia, constatando-se diversas irregularidades. Após a intimação para esclarecimento, em vinte e quatro horas, procede-se à autuação da entidade, ocorrendo decisão do Departamento de Controle e Análise de Processos Administrativos Punitivos (Decap) determinando a punição da sociedade. Inconformada, a instituição financeira apresenta recurso dirigido ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional que restou provido, anulando-se a sanção imposta e determinando-se o arquivamento do processo administrativo sancionatório. Diante dessa descrição, analise as afirmações a seguir.

- I – A decisão do Conselho é definitiva, no âmbito administrativo.
- II – O Decap é o órgão competente para encaminhar o recurso administrativo para o Conselho.
- III – A decisão proferida no processo administrativo impede novas autuações.
- IV – Segundo a legislação especial, o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional é órgão vinculado ao Banco Central.
- V – No caso em exame, caberia, ainda, a revisão administrativa do ato proferido pelo Conselho da parte do Banco Central.

Está(ão) corretas **APENAS** a(s) afirmação(ões)

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) IV e V.
- (D) I, II e III.
- (E) I, III e V.

43

Um servidor efetivo do Banco Central foi acusado pelo Ministério Público Federal de praticar delitos tipificados no Código Penal. Após a comunicação ao Banco Central do Brasil, de que houve instauração da ação penal, a Diretoria do Banco instituiu comissão, composta por três servidores efetivos do quadro do Banco Central, que instaurou processo administrativo disciplinar, ocorrendo a notificação do servidor para acompanhar o processo, produzindo as provas necessárias. Havendo a regular instrução, com a apresentação das provas requeridas pelo servidor, foi o mesmo considerado indiciado e citado para apresentar defesa escrita. Na fase de julgamento, o servidor foi considerado infrator de diversas normas pertinentes à conduta do servidor público, previstas no Estatuto do Servidor (Lei nº 8.112/80), dentre as quais, quebra de sigilo funcional, indicando a Comissão a penalidade de demissão. Antes de a demissão ser efetivada, o servidor requereu sua aposentadoria voluntária. Os autos foram remetidos à autoridade competente, que acatou a proposta de demissão. No processo penal, o servidor foi absolvido por falta de provas. Diante dessa descrição e à luz das disposições legais pertinentes, conclui-se que

- (A) a decisão proferida pela Comissão é vinculante para a autoridade competente demitir o servidor.
- (B) a aposentadoria voluntária do servidor é possível no curso do processo administrativo.
- (C) a prova pericial será sempre deferida pela Comissão.
- (D) no processo administrativo disciplinar somente é cabível a prova testemunhal.
- (E) houve obediência às regras de nomeação da Comissão processante no âmbito administrativo.

44

Um empresário é investigado pelo COAF (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) tendo em vista diversas operações financeiras realizadas em instituições bancárias do Brasil, havendo suspeita de participação em grupos terroristas. O COAF oficiou ao Banco Central para que o mesmo disponibilizasse todos os dados bancários e a movimentação financeira do empresário, no que foi prontamente atendido. Foram identificadas transações praticadas por procuradores pessoas jurídicas, não identificado o procurador pessoa física. Após instado a complementar as informações, o Banco Central apresentou relação com os procuradores, pessoas físicas, identificados nas transações bancárias. Não satisfeito com as informações prestadas pelo Banco Central, o COAF sugeriu ao Ministro da Fazenda a punição dos seus dirigentes, tendo em vista que as instituições financeiras não apresentaram a documentação requisitada de forma clara. Diante de tal enunciado e à luz das disposições legais pertinentes, conclui-se que

- (A) não haveria necessidade de instauração de processo administrativo sancionatório para punir as instituições financeiras.
- (B) as instituições financeiras não têm o dever de responder às requisições do Banco Central, pois devem proteger o direito ao sigilo bancário dos seus correntistas.
- (C) o Banco Central não é responsável pelo conteúdo das informações prestadas pelas instituições financeiras, cabendo a ele armazenar os dados fornecidos diretamente pelas instituições, para futura disponibilização.
- (D) o Banco Central não é a autoridade competente para punir as instituições financeiras.
- (E) o Ministro da Fazenda deverá punir as instituições financeiras.

45

Um candidato ao cargo de Analista do Banco Central não havia concluído o curso de nível superior exigido para o concurso. Sua formatura estava marcada para o final de 2009, e a primeira prova do concurso prevista para dezembro do mesmo ano. O edital do concurso exigia a apresentação do diploma no dia designado para a posse no cargo almejado. A inscrição foi efetivada e o candidato, aprovado. No dia da posse apresentou declaração de conclusão do curso de nível superior, vez que o seu diploma ainda não havia sido expedido. Os responsáveis pela posse negaram o ato ao candidato aprovado por descumprimento de regra editalícia. A autoridade coatora que praticou o ato foi o Gerente responsável pelos Recursos Humanos, em exercício no Rio de Janeiro. A medida liminar foi indeferida, e o candidato apresentou o recurso cabível, obtendo medida liminar favorável à sua pretensão. A decisão final do órgão judiciário competente concluiu que houve a caracterização de ato abusivo ou ilegal por parte da autoridade indicada no *mandamus*.

Com base nesse relato, foram feitas as afirmações a seguir.

- I – Sendo o Gerente de Recursos Humanos do Banco Central a autoridade impetrada no Rio de Janeiro, o órgão competente para julgamento seria o Supremo Tribunal Federal.
- II – A norma do edital do concurso pode ser atacada por meio de Mandado de Segurança, por ofender direito individual do candidato, que não pode ser punido por ato que não praticou.
- III – O Mandado de Segurança depende, regra geral, de prova pré-constituída.
- IV – No Mandado de Segurança, a liminar deve sempre ser deferida.
- V – A ausência do diploma pode ser comprovada, no Mandado de Segurança, por testemunhas.

Estão corretas **APENAS** as afirmações

- (A) I e IV.
- (B) II e III.
- (C) IV e V.
- (D) I, III e IV.
- (E) II, III e IV.